



Relatório Anual 2015

Pamplona

 PARANÁ

 Saudável

 Rio Sul



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	11
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	13
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	25
DIRETORIA EXECUTIVA	25
CONTADOR	25
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
BALANÇO SOCIAL ANUAL 2015	27
UNIDADES	28



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia juntamente com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Mensagem da Administração

O ano de 2015 foi marcado por grandes e importantes realizações para a Pamplona Alimentos S.A. Inauguramos em junho, uma nova fábrica de produtos industrializados em Rio do Sul-SC, que ampliou a capacidade de produção de produtos embutidos em 11.000 toneladas ano, possibilitando uma importante mudança de patamar operacional e financeiro. Com tal investimento a Companhia prevê aumentar a sua participação nas vendas de industrializados para 42% da Receita Operacional Bruta (ROB) até 2018.

Apesar de enfrentar um cenário macroeconômico desafiador em 2015, a Companhia manteve resultados consistentes na sua trajetória ascendente. Focou a sua gestão na melhora da eficiência operacional e financeira reforçando o desenvolvimento sustentável dos últimos anos, o que possibilitou a diversificação e o aumento do volume de vendas de produtos industrializados, ampliando o varejo em áreas onde detinha pequena participação de mercado, robustecendo o seu negócio com consequente incremento de resultados.

Considerando a elevada competitividade no mercado, continuamos no aperfeiçoamento das melhores práticas de gestão, essas alinhadas aos princípios da Governança Corporativa, que possibilitaram a Companhia, ganhos em eficiência e nos gastos operacionais, que foram decisivos para o desempenho apresentado em 2015. A ROB totalizou R\$ 999,4 milhões, registrando um crescimento de 5,61% em relação a 2014. O EBITDA no período apresentou queda, R\$ 65,7 milhões (margem de 7,24%), (13,86% em 2014), resultando um lucro líquido menor de R\$ 37,5 milhões (margem de 4,13%), (7,57% em 2014). Ressaltamos que, a geração do caixa operacional no período foi de R\$ 36,9 milhões e o investimento em imobilizado e intangível foi de R\$ 50 milhões (R\$ 66,6 milhões em 2014).

Reconhecemos que, as conquistas e o sucesso alcançado pela Companhia ao longo de 2015, performance já observada nos exercícios anteriores, se devem à consolidação do modelo de gestão centrado na busca continuada por eficiência e rentabilidade, à força das suas marcas e ao empenho dos seus colaboradores, que dedicam o melhor de seus esforços para garantir a oferta de produtos de excelência para nossos consumidores em todo o país e no exterior.

A Pamplona Alimentos S.A. continuou investindo em 2015 no seu programa de melhoria contínua e de crescimento por meio da renovação das suas plantas industriais e agropecuárias, modernizando os processos industriais, atendendo assim às exigências dos mercados onde atua. Destaca-se o investimento de R\$ 75 milhões na nova fábrica de produtos industrializados em Rio do Sul-SC, parte financiada pelos bancos BNDES e Itaú, implantado no período de 2014 e 2015.

Ciente dos desafios que se apresentam em função da dinâmica do mercado, a Companhia continuará em 2016 intensificando seus investimentos e esforços para o desenvolvimento da sua atividade e lucratividade, implementando ações conjuntas que visem à melhoria da eficiência operacional e à ampliação do mix de produtos industrializados e processados. Ressalta também que manterá o foco no fortalecimento das suas marcas, do modelo de distribuição e na participação no mercado.

Informamos que serão submetidas à deliberação da AGO/E, prevista para o dia 19 de Abril de 2016, as seguintes propostas:

- a) Destinação dos lucros acumulados do exercício de 2015, sendo:
 - 1) Ratificação e homologação da distribuição de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 8,9 milhões, estes aprovados pelo Conselho de Administração em julho e dezembro de 2015;
 - 2) Constituição de reserva legal no valor de R\$ 1,9 milhões;
 - 3) Constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 28,4 milhões;
- b) Aumento de capital com subscrição de ações no valor de R\$ 4,8 milhões.



Relatório da Administração

Mercado e Desempenho do Setor de Carnes Suínas

A suinocultura em 2015

O relatório da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), divulgado no site www.abpa-br.com.br, diz que:

“A crise econômica acertou em cheio o Brasil em 2015. Em meio a este complexo cenário, a suinocultura foi impactada em diversos momentos ao longo do ano.

Os custos de produção apresentaram elevação, em especial, no segundo semestre, com a alta dos preços de milho e de soja. As greves dos caminhoneiros (em fevereiro e em outubro) e dos fiscais federais agropecuários (setembro) reduziram, momentaneamente, o fluxo das exportações. O clima também afetou o ritmo dos embarques, com o fechamento parcial e total do Porto de Itajaí (uma das principais portas de saída das exportações do setor), ao longo da primeira quinzena de outubro.

Apesar disso, a suinocultura do país encerrou 2015 com diversos recordes na produção e no consumo per capita de suínos.

O consumo interno segue elevado da proteína de suíno, beneficiado nas gôndolas pela alta nos preços da carne bovina.

Levantamentos feitos pela (ABPA) mostram que as exportações brasileiras de carne suína (considerando todos os produtos, entre in natura e processados) acumularam crescimento de 9,7% em 2015 na comparação com o ano anterior, chegando a 555,1 mil toneladas embarcadas nos doze meses do ano.

Com este resultado, o setor manteve uma média mensal de embarques de 45,5 mil toneladas. Somente no mês de dezembro, foram 46,3 mil toneladas exportadas, volume 17,6% superior ao registrado no décimo segundo mês de 2014.

O bom ano se confirma no saldo das exportações em Reais. Ao todo, foram R\$ 4,3 bilhões em 2015, 14,3% a mais que no ano anterior. Por mês, em média, foram R\$ 359,6 milhões.

Já na receita cambial, houve retração de 20,4% no saldo acumulado do ano, chegando a US\$ 1,279 bilhão - uma média de US\$ 106,5 milhões por mês.

Destino de 44,6% das exportações brasileiras de carne suína em 2015 (excluindo-se os embutidos), a Rússia importou 243,6 mil toneladas no ano, volume 30,6% superior ao registrado em 2014. Em receita, a representatividade russa foi ainda maior: 51,2% do total, chegando a US\$ 649,7 milhões (-19,8% em relação ao ano anterior).

Para Hong Kong, segundo maior importador de carne suína brasileira (22,6% do total), foram embarcadas 123,7 mil toneladas (excluindo-se os embutidos) em 2015, resultado 11,6% superior ao registrado em 2014. Em receita, os embarques para Hong Kong chegaram a US\$ 238,2 milhões (18,8% do total), resultado 14,6% inferior ao alcançado no ano anterior.

Dentre os países com maior crescimento no ano passado, destaca-se a Venezuela, destino de 9,9 mil toneladas de carne suína do Brasil, número 143% superior ao obtido em 2014. “Outro destaque foi a China, que habilitou outras plantas frigoríficas brasileiras. Para lá, foram embarcadas 5,2 mil toneladas no ano de 2015, 520% a mais que no ano anterior”, destaca o vice-presidente de suínos da ABPA, Rui Eduardo Saldanha Vargas.” Fonte: ABPA/notícia/artigos.

Perspectivas suinocultura para 2016

Destaca Francisco Turra, presidente-executivo da ABPA, que para o ano de 2016, “o setor de suínos prevê um crescimento de 2% a 3% na produção nacional. Para tanto, além do incremento dos embarques, espera-se uma leve alta no consumo per capita no Brasil que atualmente é de 15 kg.

(...) um crescimento para as exportações entre 2% e 3% nos embarques realizados pela suinocultura do Brasil. Além da melhoria da performance das vendas para o Leste Europeu e grandes compradores da Ásia (como Hong Kong e Singapura),e embarques para a China. Há, também, boas expectativas quanto à abertura do mercado da Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e União Europeia. Também está no radar a abertura para venda ao varejo na África do Sul, além da possível elaboração do protocolo de miúdos para embarques à China”. Fonte: ABPA/notícia/artigos.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Relatório da Administração

Desempenho Econômico Financeiro

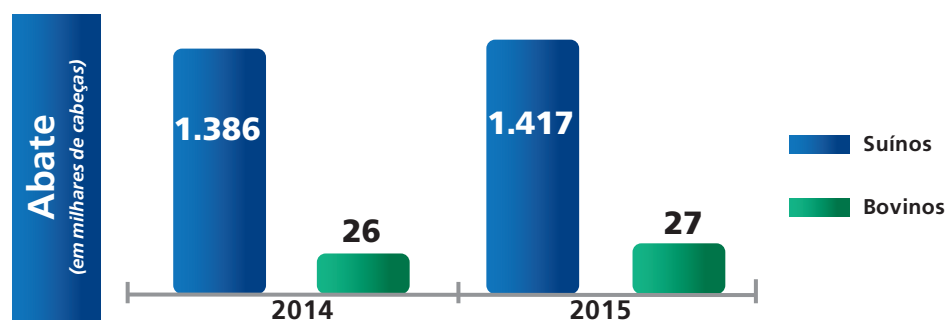
Informações Operacionais e Financeiras

Na tabela abaixo estão listados alguns indicadores de relevância para a gestão e análise do desempenho da Companhia em 2015.

DESTAQUES (HIGHLIGHTS) (Em milhares de reais)			
DESEMPENHO OPERACIONAL	2015	2014	Variação
Receita operacional bruta	999.421	946.343	5,61%
Mercado interno	576.890	529.301	8,99%
Mercado externo	422.531	417.042	1,32%
Receita operacional líquida	907.578	865.813	4,82%
Lucro bruto	144.473	202.734	-28,74%
LAJIR/EBIT	54.969	110.960	-50,46%
LAJIDA/EBITDA	65.696	119.991	-45,25%
Lucro líquido	37.467	65.573	-42,86%
MARGENS			
Margem bruta	15,92%	23,42%	-7,50 pp
Margem LAJIR/EBIT	6,06%	12,82%	-6,76 pp
Margem LAJIDA/EBITDA	7,24%	13,86%	-6,62 pp
Margem líquida	4,13%	7,57%	-3,45 pp
FINANCEIROS			
Ativo total	681.465	641.930	6,16%
Patrimônio líquido	302.585	265.118	14,13%
Dívida líquida	139.629	106.820	30,71%
Dívida líquida/PL	46,15%	40,29%	5,85 pp
Dívida líquida/EBITDA	2,13 x	0,89 x	1,24 x
Investimentos (CAPEX)	50.011	66.567	-24,87%
Nº de funcionários	2.240	1.898	18,02%
Receita Líquida por funcionário	405	456	-11,18%

Produção (Plano de Abates)

Operando em plena capacidade, o abate de suínos em 2015 obteve um crescimento de 2,24% em relação ao ano anterior, sendo abatidas 1.417 mil cabeças. Já o plano de abate bovino, realizou 27 mil cabeças, incremento de 3,84% em relação ao ano de 2014.





Relatório da Administração

Desempenho Operacional

O ano foi marcado por grandes e importantes realizações para a Pamplona Alimentos S.A., como também por eventos que afetaram o desempenho operacional, onde se destacam:

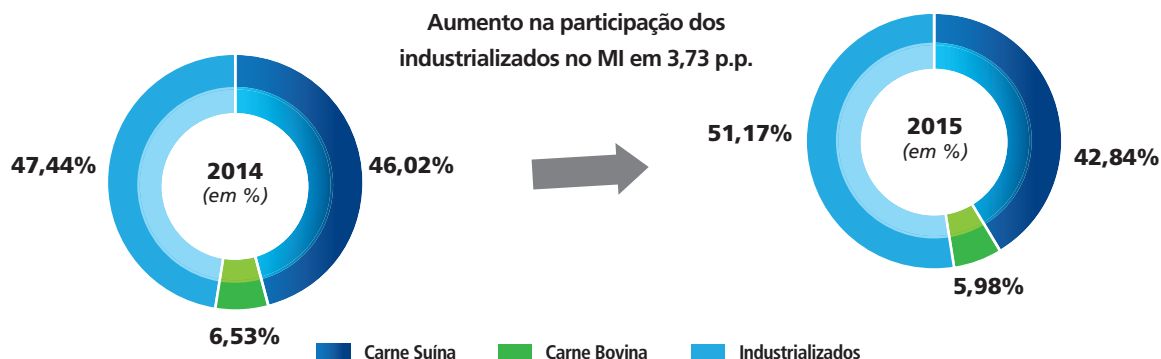
- **Mercado Interno:** 1. Inauguração da nova fábrica de produtos industrializados em Rio do Sul (SC), que ampliou a capacidade de produção e comercialização de produtos embutidos (presuntos, salames e fatiados). 2. Ampliação do varejo, com a abertura de novas filiais de distribuição nas regiões sudeste e nordeste.
- **Mercado Externo:** 1. Novas oportunidades de exportação com a abertura de outros mercados na África e na Ásia. 2. Aumento da oferta de carne suína no mercado mundial, refletindo na redução dos preços em dólar, compensando parte da depreciação do Real frente ao dólar.
- **Gastos:** 1. Elevação dos preços das *commodities* agrícolas (soja e milho) e da energia elétrica, impactando na redução das margens. 2. Ganhos em eficiência e nos gastos operacionais.

Vendas Físicas

As vendas em 2015 totalizaram 129.064 toneladas, aumento de 4,20% em relação a 2014, destacando-se as vendas de industrializados com 38.055 toneladas, crescimento de 10,89%, e participação de 29,49% (27,71% em 2014) do total das vendas.

PRODUTOS (em Ton)	2015			2014		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Carne Suína	31.576	53.955	85.531	32.538	51.301	83.839
Carne Bovina	4.408	1.070	5.478	4.620	1.084	5.704
Industrializados	37.715	340	38.055	33.543	776	34.319
TOTAL GERAL	73.699	55.365	129.064	70.701	53.161	123.862

Vendas (em Ton) por família de produtos no Mercado Interno (MI)



Receita Operacional Bruta (ROB)

A ROB em 2015 atingiu a marca de R\$ 1 bilhão (R\$ 999.421 mil), aumento de 5,61% em relação ao ano anterior, destacando-se o aumento das vendas de industrializados (13,93%) em relação a 2014, favorecido pelo início da operação da nova fábrica de industrializados.

Receita Operacional Bruta - por produtos e mercados (Em milhares de reais)

PRODUTOS	2015			2014		
	MI	ME	TOTAL	MI	ME	TOTAL
Carne Suína	197.136	408.629	605.765	198.315	404.708	603.023
Carne Bovina	53.915	11.884	65.799	47.017	9.611	56.628
Industrializados	318.549	2.018	320.567	278.642	2.723	281.365
Outros	7.290	-	7.290	5.327	-	5.327
TOTAL GERAL	576.890	422.531	999.421	529.301	417.042	946.343



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Relatório da Administração

Resultado Bruto e Margens

Obtivemos em 2015 um lucro bruto de R\$ 144.473 mil, inferior ao de 2014 (R\$ 202.734 mil), principalmente em razão da retração dos preços em dólares, do aumento dos insumos e da energia elétrica. A margem bruta atingiu 15,92%, ante a de 23,42% registrada em 2014.

Despesas Operacionais

Despesas com Vendas: Mantiveram-se no mesmo patamar de 2014, totalizaram R\$ 77.251 mil (8,51% da ROL) em 2015 ante os R\$ 77.124 mil (8,91% da ROL) em 2014, em razão da gestão na melhora dos gastos.

Despesas Administrativas: Crescimento de 6,12% em relação ao ano anterior, totalizaram em 2015 R\$ 12.841 mil (1,41% da ROL), contra os R\$ 12.100 mil (1,40% da ROL) em 2014.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2015 registramos um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 5.958 mil (0,66% da ROL), inferior ao resultado negativo líquido de 2014, no valor de R\$ 12.748 mil (1,47% da ROL), em consequência da maior participação das linhas de custeio agrícola e do equilíbrio da exposição cambial.

EBITDA e Margem EBITDA

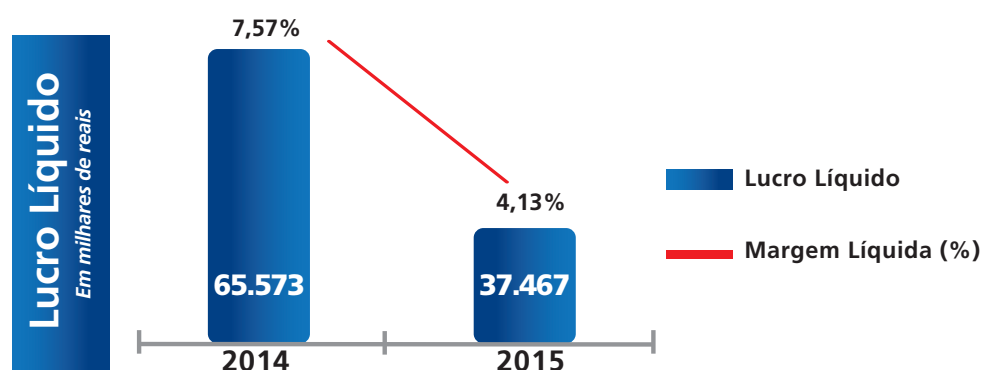
O menor EBITDA (lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos e depreciações), R\$ 65.696 mil (7,25% da ROL) em 2015 ante R\$ 119.991 mil (13,86% da ROL) em 2014, deveu-se exclusivamente à queda da margem bruta, já comentada.

EBITDA - Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Em milhares de reais)

	2015	2014
Lucro Líquido	37.467	65.573
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e diferido	11.544	32.639
Resultado Financeiro Líquido	5.958	12.748
Depreciação e Amortização	10.727	9.031
(=) EBITDA	65.695	119.991
Margem EBITDA (%ROL)	7,24%	13,86%

Lucro Líquido

Apesar de um cenário econômico desafiador em 2015, a Pamplona Alimentos S.A. apurou um lucro líquido (R\$ 37.467 mil) consistente, resultado da melhora da eficiência operacional e financeira.





Relatório da Administração

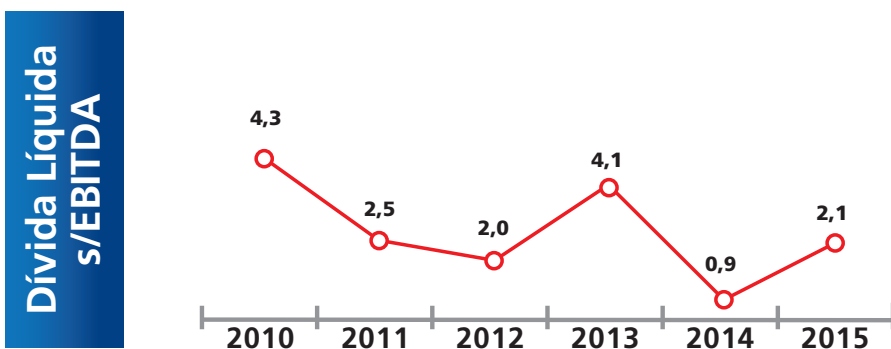
Investimentos

Investimos em 2015 R\$ 50.011 mil, ante uma depreciação de R\$ 10.727 mil, assim distribuídos: R\$ 45.754 mil na atualização tecnológica do parque fabril e investimentos na nova fábrica de produtos industrializados; R\$ 2.241 mil na adequação de prédios funcionais e granjas; R\$ 889 mil em investimento na tecnologia da informação; R\$ 459 mil em melhoramentos nos Centros de Distribuição; R\$ 328 mil empregados na aquisição de veículos, e R\$ 340 mil em diversos pequenos investimentos.

Disponibilidade e Endividamento

A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras) da Pamplona Alimentos S.A. totalizava R\$ 139.632 mil em 31 de dezembro de 2015, dos quais 49,84% eram de curto prazo (R\$ 69.599 mil) e 50,16% de longo prazo (R\$ 70.033 mil). O aumento de R\$ 31.993 mil na dívida líquida em relação a 2014 deveu-se aos investimentos realizados no ano, destacando-se a conclusão da nova fábrica de industrializados em Rio do Sul (SC).

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2015			2014		
	CP	LP	TOTAL	CP	LP	TOTAL
Moeda Nacional	70.018	70.033	140.051	55.664	67.991	123.655
Moeda Estrangeira	39.413	–	39.413	58.289	–	58.289
(–) Disponibilidades	(39.832)	–	(39.832)	(75.124)	–	(75.124)
TOTAL GERAL	69.599	70.033	139.632	38.829	67.991	106.820





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Relatório da Administração

Distribuição de Riquezas

Em 2015, a Pamplona Alimentos S.A. gerou um valor adicionado de R\$ 244.152 mil, 10,36% inferior ao ano de 2014, esse valor foi resultante das receitas de produtos e serviços, líquidos de descontos concedidos, no montante de R\$ 984.988 mil, deduzidos dos custos de R\$ 740.836 mil relativos a insumos, serviços de terceiros, depreciações e amortizações e receitas financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado (Em milhares de reais)

	2015	2014
Empregados	75.287	66.683
Tributos	94.695	106.678
Remuneração de Capitais de Terceiros	36.703	33.421
Remuneração de Capitais Próprios	37.467	65.573
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	244.152	272.355



Sustentabilidade

Na Pamplona Alimentos S.A. a responsabilidade socioambiental é a adoção de práticas em benefício da sociedade e do meio ambiente em prol de uma melhor qualidade de vida das pessoas. A Pamplona Alimentos S.A. preocupa-se em se desenvolver de forma sustentável, aliando programas de gestão com tecnologias que minimizem ao máximo os impactos ambientais da atividade. Acreditamos que os negócios devam ser concretizados levando-se em conta o equilíbrio entre os fatores ambientais, sociais e econômicos e os resultados da empresa reflitam esse equilíbrio.

Gestão de Pessoas

A Pamplona Alimentos S.A. em sintonia com os valores éticos e morais, mantém políticas e práticas de gestão que visam contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus colaboradores, preocupando-se com o meio ambiente do trabalho, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional.

A gestão de pessoas ocupa uma posição fundamental no planejamento estratégico da organização, sendo responsável por atrair, capacitar, desenvolver, motivar e reter os talentos.

Também destaca-se na continuidade dos seus programas, que motivam toda a Companhia na busca da excelência, qualidade, produtividade e na inovação, recompensando os colaboradores com parte deste resultado.

Procurando alinhar os anseios e necessidades do capital humano com as metas e valores da organização, a Companhia possui ferramentas motivadoras de recompensa, o PPR (Plano de Participação nos Resultados) e o BIP (Boas Ideias Pamplona), este voltado à inovação.

A Companhia desenvolve ainda, uma política de segurança no ambiente de trabalho, voltada a todos os seus colaboradores, internos, externos e terceirizados, realizando eventos específicos e implementando procedimentos preventivos com a pretensão de obter zero acidentes em suas unidades.

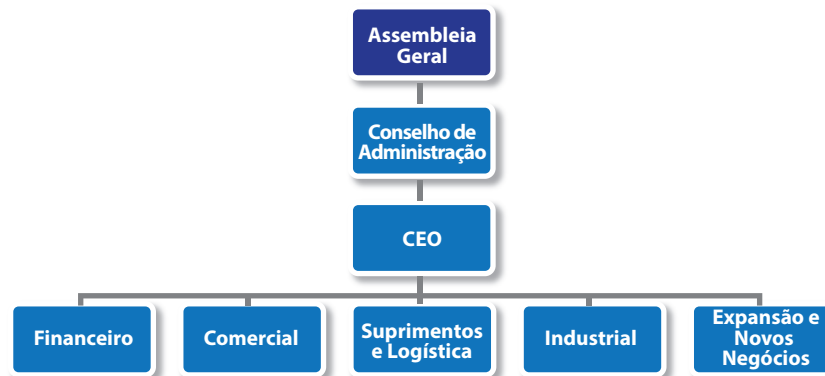


Relatório da Administração

Governança Corporativa

A Pamplona Alimentos S.A. está comprometida em adotar as melhores práticas de governança corporativa com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que seu objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

O Conselho de Administração é composto por sete membros efetivos, sendo três independentes e possuem mandatos unificados de dois anos. É responsável pelo estabelecimento de políticas estratégicas gerais e de metas, além da definição de políticas comerciais gerais, eleição de diretores e fiscalização de suas gestões.



Auditor Independente

O auditor independente da Companhia é a KPMG Auditores Independentes, empresa contratada no início de 2008, tendo sido selecionada pela diretoria para realizar os serviços de auditoria externa relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras. Em atendimento à Instrução CVM 381/03, informamos que esta empresa de auditoria não prestou, em 2014 e 2015 quaisquer serviços não relacionados à auditoria externa.

Agradecimentos

A Pamplona Alimentos S.A. agradece a confiança e o apoio de seus clientes, acionistas, colaboradores, integrados, instituições financeiras e fornecedores, e reconhece que os resultados obtidos em 2015 são frutos do comprometimento do seu time.

A Administração

Rio do Sul, 15 de março de 2016



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.832	75.124
Contas a receber de clientes	5	102.816	84.553
Estoques	6	51.579	36.807
Ativos biológicos	7	82.956	87.111
Impostos a recuperar	9	61.065	50.434
Outras contas a receber		1.853	3.611
		340.101	337.640
Não circulante			
Depósitos judiciais	8	5.119	3.024
Impostos a recuperar	9	21.228	20.214
Outros créditos a receber		3.255	701
Ativos biológicos	7	17.366	18.162
Propriedades para investimentos		2.229	2.229
Imobilizado	11	289.047	256.821
Intangível		3.120	3.139
		341.364	304.290
Total do ativo		681.465	641.930
Passivo			
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	109.431	113.953
Fornecedores		89.251	87.432
Salários, encargos e contribuições sociais		14.876	12.575
Obrigações tributárias		6.182	3.437
Comissões a pagar		2.114	3.484
Dividendos e juros sobre o capital próprio	14	4.800	12.574
Outras contas a pagar		7.665	6.122
		234.319	239.577
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	70.033	67.991
Provisão para contingências	8	36.655	33.533
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	10	33.040	32.527
Obrigações tributárias		-	493
Outras contas a pagar		4.833	2.691
		144.561	137.235
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	132.700	123.800
Ajuste de avaliação patrimonial	13.b	78.983	80.739
Reserva legal	13.c	6.784	4.911
Reservas de lucros	13.d	84.118	55.668
		302.585	265.118
Total do passivo e patrimônio líquido		681.465	641.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	16	907.578	865.813
Custo dos produtos vendidos	17	(763.105)	(663.079)
Lucro bruto		144.473	202.734
Outras (despesas) receitas operacionais			
Vendas	17	(77.251)	(77.124)
Administrativas e gerais	17	(12.841)	(12.100)
Outras receitas operacionais		588	(2.550)
Resultado antes do resultado financeiro		54.969	110.960
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	29.764	19.785
Despesas financeiras	18	(35.722)	(32.533)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		49.011	98.212
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	(11.031)	(28.712)
Diferido	10	(513)	(3.927)
Resultado do exercício		37.467	65.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Resultado do exercício	37.467	65.573
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	37.467	65.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013		122.000	84.238	1.632	5.448	-	213.318
Integralização de capital		1.800	-	-	-	-	1.800
Realização do custo atribuído	13.b	-	(5.301)	-	-	5.301	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	1.802	-	-	(1.802)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	65.573	65.573
Constituição de reserva legal	13.c	-	-	3.279	-	(3.279)	-
Constituição de reserva de lucros	13.d	-	-	-	50.220	(50.220)	-
Dividendos	14	-	-	-	-	(11.373)	(11.373)
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	-	(4.200)	(4.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		123.800	80.739	4.911	55.668	-	265.118
Integralização de capital	13.a	8.900	-	-	-	-	8.900
Realização do custo atribuído	13.b	-	(2.661)	-	-	2.661	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	905	-	-	(905)	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	37.467	37.467
Constituição de reserva legal	13.c	-	-	1.873	-	(1.873)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	-	(8.900)	(8.900)
Constituição de reserva de lucros	13.d	-	-	-	28.450	(28.450)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		132.700	78.983	6.784	84.118	-	302.585

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	37.467	65.573
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação	10.727	9.031
Impostos diferidos	513	5.820
Resultado na venda de ativo imobilizado	6.960	1.741
Provisão para contingências (constituição líquida de reversão)	3.122	276
Juros e variação cambial não realizadas	12.031	23.050
	70.820	105.491
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(18.263)	(1.846)
Estoques	(14.772)	(7.928)
Ativos biológicos	4.951	(11.489)
Impostos a recuperar	(11.645)	17.664
Outras contas a receber	(796)	306
Depósitos judiciais	(2.095)	(471)
Fornecedores	1.819	24.181
Contas a pagar e comissões	2.315	2.755
Obrigações tributárias	2.252	(162)
Salários, encargos e contribuições sociais	2.301	4.416
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	36.887	132.917
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento por vendas de ativo imobilizado	402	4.357
Aquisição de ativo imobilizado	(50.011)	(66.567)
Aquisição de intangível	(285)	(368)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(49.894)	(62.578)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros pagos por empréstimos	(13.406)	(18.234)
Empréstimos tomados	159.097	251.662
Pagamentos de empréstimos	(160.202)	(247.111)
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	2.637
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(16.674)	(3.000)
Aporte capital de acionistas	8.900	1.800
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(22.285)	(12.246)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(35.292)	58.093
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	75.124	17.031
No fim do exercício	39.832	75.124
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(35.292)	58.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas		
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	982.496	932.147
Outras receitas	2.581	205
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	(89)	97
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(586.925)	(516.659)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(172.950)	(154.202)
Valor adicionado bruto	225.113	261.588
Depreciação, amortização e exaustão	(10.727)	(9.031)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	214.386	252.557
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	29.764	19.785
Outras	2	13
Valor adicionado total a distribuir	244.152	272.355
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	67.987	60.947
Benefícios	1.393	1.178
FGTS	5.907	4.558
Tributos		
Federais	35.009	53.385
Estaduais	59.552	53.142
Municipais	134	151
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	35.722	32.535
Aluguéis	981	886
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	28.567	61.373
Juros sobre o capital próprio	8.900	4.200
Valor adicionado atribuído	244.152	272.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

1. | Contexto operacional

A Pamplona Alimentos S.A., fundada em 1948, atua no segmento agroindustrial, com o abate de suínos e bovinos, no processamento e industrialização de seus derivados e na fabricação de rações. Possui duas plantas industriais para a produção de carnes, uma planta produtiva de rações e oito granjas de produção de suínos, localizadas no estado de Santa Catarina, e opera uma unidade industrial terceirizada de embutidos em Estação, no estado do Rio Grande do Sul. Dispõem de quatorze centros de distribuição, dois localizados em Santa Catarina, quatro em São Paulo, dois em Minas Gerais, dois no Rio de Janeiro, dois no Rio Grande do Sul e os demais nos estados do Paraná e Bahia. Suas atividades estão organizadas em dois segmentos: no mercado nacional, onde atua desde sua fundação; no mercado externo desde 1995. Com as marcas Pamplona, Riosul, Saudável e Paraná, posicionam-se com os seus produtos entre as principais Companhias no segmento da agroindústria brasileira. Com o foco voltado aos clientes e consumidores, a Companhia respeita e adota padrões de qualidade capazes de atender aos mais criteriosos métodos de avaliação e mercados, desde o nascimento dos animais até o abate e industrialização, com acompanhamento constante e sofisticado controle de qualidade até chegar à mesa do consumidor final. A Pamplona Alimentos S.A., adota como estratégia oferecer aos seus clientes produtos com maior valor agregado, ampliando a industrialização dos produtos da linha de embutidos, temperados, salgados e defumados. Neste sentido vem modernizando e ampliando o seu parque fabril, adequando as suas unidades produtivas frigorificadas, à legislação de rastreabilidade de acordo com as normas do Ministério da Agricultura.

2. | Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 15 de março de 2016.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhar, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 7** - Ativos biológicos; • **Nota 8** - Depósitos judiciais e provisão para contingências; • **Nota 10** - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos líquidos; • **Nota 11** - Imobilizado.

3. | Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Redução ao valor recuperável:

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir ou não o pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem o seguinte ativo financeiro não derivativo: *Recebíveis*: Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos que possuem liquidez imediata.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio, conforme definido em estatuto e legislação vigente, são reconhecidos como passivo.

d. Estoques: Os estoques de matérias-primas, materiais auxiliares e almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado. Os estoques de produtos em processo e produtos acabados são avaliados pelo critério fiscal. O critério fiscal determina que o estoque de produtos acabados seja avaliado em 70% do maior valor de venda daqueles produtos, e o estoque de produtos em processo em 80% do valor do estoque de produtos acabados. O valor destes estoques, apurado por esse critério fiscal, não apresentou diferença significativa daquele que seria apurado pelo método de custo médio de produção, e não excede o seu valor de mercado na data do balanço.

e. Ativos biológicos: Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses, sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A diferença entre os critérios da depreciação fiscal frente a expectativa da realização pela vida útil, são controladas pela Companhia e reconhecidas os seus efeitos na apuração do IRPJ e CSLL diferidos.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	25 - 30 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 40 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 - 30 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Propriedades para investimentos: Representado principalmente por propriedades mantidas para investimento, refere-se a propriedades mantidas para valorização de capital, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

h. Ativos intangíveis: A Companhia possui software, marcas e patentes registrados como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização: Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

i. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j. Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Receita operacional: A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

m. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

4. | Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	118	90
Bancos	979	6.210
Numerários em trânsito - US\$	12.689	23.626
Aplicações financeiras	26.046	45.198
Total	39.832	75.124

As aplicações financeiras estão depositadas em certificado de depósito bancário com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI, sendo prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Os numerários em trânsito referem-se a cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais.

5. | Contas a receber de clientes

	2015	2014
No País	68.659	56.026
No Exterior	34.378	29.486
	103.037	85.512
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(221)	(133)
(-) Provisão para abatimentos em vendas para o mercado externo	-	(826)
	102.816	84.553

6. | Estoques

	2015	2014
Produtos acabados	36.358	25.377
Produtos em elaboração	4.237	2.961
Matérias-primas	1.306	981
Estoques em poder de terceiros	953	1.062
Materiais secundários	4.452	3.918
Mercadorias para revenda	2.782	1.503
Almoxarifado	1.491	1.005
	51.579	36.807

7. | Ativos biológicos

Os ativos biológicos são reconhecidos pelo valor justo e são compostos como demonstrado a seguir:

	2015	2014
Plantel de suínos vivos	99.018	104.273
Plantel de bovinos vivos	492	188
Florestas	812	812
	100.322	105.273
Ativo circulante	82.956	87.111
Ativo não circulante	17.366	18.162

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos, representados pelo plantel de suínos, a Companhia tomou como base os preços de mercado para a aquisição de suínos, praticados na região onde realiza as suas operações. As referências de preço de mercado foram ponderadas conforme o tipo de animal (matriz, leitão para engorda ou suíno adulto em fase de engorda), o peso e a idade dos animais ao longo do seu desenvolvimento tendo sido aplicadas aos animais conforme o peso estimado em cada uma de suas fases de desenvolvimento. A redução do valor do biológico, deveu-se pelo menor valor de mercado dos suínos quando comparado com o ano anterior, apesar da elevação do peso médio dos suínos alojados no campo e aumento do número de cabeças. São classificados no ativo não circulante os ativos biológicos, as matrizes cuja expectativa de descarte é superior a doze meses.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

8. | Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2015	2014	2015	2014
Tributários	4.964	2.895	20.338	20.257
Cíveis	4	3	3.018	2.492
Trabalhista	151	126	13.299	10.784
Total	5.119	3.024	36.655	33.533

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos tributários, cíveis e trabalhistas, contra os quais foram interpostos recursos. A movimentação da provisão para contingências nos exercícios de 2015 e 2014 está demonstrada a seguir:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.630	28.787	2.840	33.257
Adições	9.154	3.069	580	12.803
Baixas	–	(11.599)	(928)	(12.527)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.784	20.257	2.492	33.533
Adições	2.598	1.114	526	4.238
Baixas	(83)	(1.033)	–	(1.116)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	13.299	20.338	3.018	36.655

Tributárias: Referem-se basicamente a processos de compensação de créditos de PIS e COFINS.

Contingências possíveis: A Companhia não provisiona valores sobre contingências avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, como previsto nas práticas contábeis brasileiras. A Companhia possui diversos processos no montante total estimado de R\$ 61.070 (R\$ 63.089 em 2014), cuja opinião dos advogados é que o risco de perda é possível, não sendo necessário, portanto, registrar provisão para contingência.

9. | Impostos a recuperar

	2015	2014
ICMS	40.272	35.282
COFINS a recuperar	16.162	14.134
PIS a recuperar	4.948	4.107
IPI a recuperar	96	98
Antecipações de IRPJ	14.471	11.731
Antecipações de CSLL	6.344	5.296
	82.293	70.648
Circulante	61.065	50.434
Não circulante	21.228	20.214

ICMS: Em razão das exportações, a Companhia acumula créditos que são compensados com os débitos gerados com as vendas do mercado interno e podem ser usados para compra de matéria-prima através de processo de transferências a fornecedores ou a terceiros. O acréscimo dos créditos no ano de 2015 deveu-se pelas exportações e investimentos em ativo permanente. Com o aumento de produtos industrializados, mudança de *mix* de produção, que possuem uma tributação maior, e outras ações pontuais, fará com que estes créditos sejam compensados nos próximos exercícios.

PIS e COFINS a recuperar: O PIS e COFINS a recuperar são procedentes de créditos das compras de insumos destinados à exportação e compras de ativo permanente, os quais deverão ser realizados por compensação com débitos tributários e por meio de pedido de restituição junto às autoridades fiscais.

Antecipações de IRPJ e CSLL: O acréscimo do valor referem-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras, antecipações no recolhimento do imposto de renda e contribuição social, o reconhecimento da correção pela SELIC dos pedidos realizados em anos anteriores, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar, ou ainda através de pedido de restituição.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos líquidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	2015	2014
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	75	45
Provisão para contingências	10.763	10.109
Provisão para desconto no mercado externo	–	281
Provisão de Impostos indiretos a estornar	2.627	2.846
Provisão para comissões	511	970
Provisão variação cambial passiva	978	2.397
Prejuízos fiscais do imposto de renda	922	4.442
Prejuízos fiscais base negativa de contribuição social	924	2.192
Outras diferenças temporárias	3.316	1.787
	20.116	25.069
Passivo		
Custo atribuído	(40.678)	(41.590)
Ajuste a valor justo de ativos biológicos	(2.551)	(11.626)
Provisão variação cambial ativa	(7.187)	(766)
Provisão sobre reavaliação	(243)	(2.754)
Outras diferenças temporárias	(2.497)	(860)
	(53.156)	(57.596)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	(33.040)	(32.527)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2015 no exercício de 2016. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucratividade fiscal futura.

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	2015	2014
Resultado antes dos impostos	49.011	98.212
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(16.664)	(33.392)
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(441)	(5.264)
Receitas não tributáveis	2.535	4.589
Juros sobre o capital próprio	3.026	1.428
Imposto de renda e contribuição social	(11.544)	(32.639)
Impostos de renda e contribuição social corrente	(11.031)	(28.712)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(513)	(3.927)
	(11.544)	(32.639)
Alíquota efetiva	24%	33%



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

11. | Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação:

Movimentação do custo	Terre- nos	Edifi- cações	Máquinas e equipa- mentos	Móveis e uten- sílios	Ins- talações	Veí- culos	Equipa- mentos de processa- mento de dados	Outros ativos fixos	Imobili- zados em andam- ento	Adianta- mentos e compra para entrega futura	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	91.880	91.791	56.151	2.491	11.246	897	3.285	268	1.438		- 259.447
Adições	1.444	485	7.071	159	188	625	638	125	26.292	29.540	66.567
Transferência	-	1.108	7.173	-	242	-	-	-	(8.523)	-	-
Baixas	-	(5)	(1.772)	(27)	(12)	(614)	(146)	(5)	(1.261)	-	(3.842)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	93.324	93.379	68.623	2.623	11.664	908	3.777	388	17.946	29.540	322.172
Adições	340	565	4.156	276	272	326	889	96	43.091	-	50.011
Transferência	-	17.230	27.736	-	7.714	-	58	1	(27.834)	(24.905)	-
Baixas	-	-	(862)	(38)	(1)	(281)	(78)	(23)	(6.465)	-	(7.748)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	93.664	111.174	99.653	2.861	19.649	953	4.646	462	26.738	4.635	364.435
Movimentação da depreciação											
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	20.895	26.311	1.577	6.252	315	2.511	202	-	-	58.063
Depreciação do exercício	-	3.301	3.980	195	1.133	88	305	29	-	-	9.031
Baixa	-	(3)	(1.457)	(8)	(7)	(132)	(133)	(3)	-	-	(1.743)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	24.193	28.834	1.764	7.378	271	2.683	228	-	-	65.351
Depreciação do exercício	-	3.458	5.203	204	1.285	110	417	50	-	-	10.727
Baixa	-	-	(552)	(29)	-	(15)	(76)	(18)	-	-	(690)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	27.651	33.485	1.939	8.663	366	3.024	260	-	-	75.388
Saldos em 31 de dezembro de 2013	91.880	70.896	29.840	914	4.994	582	774	66	1.438	-	201.384
Saldos em 31 de dezembro de 2014	93.324	69.186	39.789	859	4.286	637	1.094	160	17.946	29.540	256.821
Saldos em 31 de dezembro de 2015	93.664	83.523	66.168	922	10.986	587	1.622	202	26.738	4.635	289.047

Taxa de depreciação 3,3% a 4% 2,5% a 20% 10% 3,3% a 10% 20% 20%

b. Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados: O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 não houve a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade.

12. | Financiamentos e empréstimos

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2015	2014	
Capital de Giro	CCB + 3,60% a.a.	2018	R\$	2.015	-	
	4,50% a 10,50% a.a.	2020	R\$	57.522	46.685	
	100% CDI + 0,28% a 0,50% a.m.	2019	R\$	16.463	23.030	
	2,85% a 5,65% a.a. + variação cambial	2016	US\$	39.413	58.289	
Investimentos	BNDES	Juros de 6,5% a 8,00% a.a. + cesta de moedas	2024	R\$	9.181	6.243
		CCB + Juros de 4,50% a.a.	2022	R\$	837	973
	Arrendamento mercantil	Juros de 2,50% a 6% a.a.	2024	R\$	53.399	46.724
		1,21% a.m.	2018	R\$	634	-
				179.464	181.944	
Parcelas circulante				109.431	113.953	
Parcelas não circulante				70.033	67.991	



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2017	13.540
2018	13.407
2019	12.358
2020 - 2024	30.728
	70.033

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos, recebíveis, estoques e ativo biológico. A Companhia possui um empréstimo no montante de R\$ 16 milhões que possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia está cumprindo todas as obrigações ("covenants") relacionadas ao empréstimo.

13. | Patrimônio líquido

a. Capital social: O capital social da Companhia está representado por 310.000 ações ordinárias sem valor nominal. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Em 23 de abril de 2015, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária deliberou pelo aumento de capital no montante de R\$ 8.900 com aumento de 10.000 ações ordinárias.

b. Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se ao do custo atribuído para os principais bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários.

c. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Foi constituída em 31 de dezembro de 2015, em consonância à norma legal, o montante de R\$ 1.873.

d. Reservas de lucros: Referem-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição de reserva legal e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2015, o montante constituído de reserva de retenção de lucros de R\$ 28.450 destina-se para investimentos conforme orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2016 e para capital de giro.

14. | Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 2015 a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 8.900 (R\$ 4.200 em 2014), os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios e contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal, a ser apresentado como proposta da Administração sujeito à deliberação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2016. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 1.691 (R\$ 798 em 2014) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio pagos aos quotistas.

15. | Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento do risco financeiro: A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e se reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, a Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

b. Riscos de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas.

(ii) Investimentos: A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros que representa a exposição máxima ao risco de crédito está demonstrado a seguir:



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	39.832	75.124
Contas a receber de clientes	102.816	84.553
Total	142.648	159.677

(iii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

c. Risco cambial: A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD"), permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição cambial estava assim representada:

	2015		2014	
	Moeda estrangeira (US\$)	R\$	Moeda estrangeira (US\$)	R\$
Ativo				
Numerários em trânsito	3.250	12.689	8.895	23.626
Contas a receber	8.804	34.378	11.101	29.486
Passivo				
Empréstimos	(10.094)	(39.413)	(21.945)	(58.289)
Contas a Pagar	(237)	(927)	–	–
Exposição líquida	1.723	6.727	(1.949)	(5.177)

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações.

d. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

e. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

f. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos.

g. Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma adequada base de capital para manter a confiança do acionista, credor, mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

h. Riscos regulatórios e ambientais: A Companhia está sujeita a leis e regulamentos ambientais, e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento desses requerimentos. A administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

i. Valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa				
Aplicações financeiras	26.046	26.046	45.198	45.198
Numerários em trânsito	12.689	12.689	23.626	23.626
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	102.816	102.816	84.553	84.553
Empréstimos e financiamentos	179.464	179.464	181.944	181.944
Fornecedores	89.251	89.251	87.432	87.432

Os valores justos não refletem mudanças futuras na economia ou outras variáveis que passam ter efeito sobre a sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

- **Empréstimos e financiamentos**

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

16. | Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	2015	2014
Receita operacional bruta		
Venda de produtos mercado interno	574.692	526.671
Venda de produtos mercado externo	422.531	417.042
Venda de mercadorias	2.198	2.630
	999.421	946.343
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(74.918)	(66.334)
Devoluções e abatimentos	(13.096)	(10.359)
Ajuste a valor presente	(3.829)	(3.837)
Receita operacional líquida	907.578	865.813

17. | Despesas e custos por natureza e função

	2015	2014
Custos e despesas de vendas e administrativas		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	591.007	522.354
Despesas com pessoal	67.987	60.947
Depreciações e amortizações	10.727	9.031
FGTS	5.907	4.558
Benefícios a empregados	1.393	1.178
Despesas com energia elétrica	22.064	12.611
Outras receitas e despesas	154.112	141.624
Total	853.197	752.303
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	763.105	663.079
Vendas	77.251	77.124
Administrativas e gerais	12.841	12.100
	853.197	752.303



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais)

18. | Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	2015	2014
Juros ativos	9.867	7.097
Variações monetárias ativas	–	182
Variações cambiais ativas	19.614	12.300
Outros	283	206
	29.764	19.785
Despesas financeiras	2015	2014
Juros passivos	(19.156)	(20.617)
Variações monetárias passivas	–	(1.357)
Variações cambiais passivas	(15.878)	(9.703)
Outros	(688)	(856)
	(35.722)	(32.533)
Resultado financeiro líquido	(5.958)	(12.748)

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona
Presidente

Milton Hobus
Conselheiro

Alidor Lueders
Vice-Presidente

Edina Pamplona
Conselheira

Elvio de Oliveira Flores
Conselheiro

Osmar Peters
Conselheiro

Guilherme de Borba Pamplona
Conselheiro

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters
Diretora Presidente

Adilor Ascari Bussolo
Diretor Industrial

Júlio César Franzói
Diretor Comercial

Valdecir Pamplona Junior
Diretor de Expansão e de Novos Negócios

Sérgio Luiz de Souza
Diretor Financeiro

Edival Justen
Diretor de Suprimentos e Logística

Contador

Élvis Justen
CRC/SC - 028194/O-3



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Pamplona Alimentos S.A.

Rio do Sul - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a Auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 15 de março de 2016



**KPMG Auditores
Independentes**

CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini

Contador CRC PR-945569/O-4 T-SC



Balanco Social Anual / 2015

Empresa: PAMPLONA ALIMENTOS S.A.						
1 - Base de Cálculo	2015 Valor (Em milhares de reais)			2014 Valor (Em milhares de reais)		
Receita líquida (RL)				907.578		865.813
Resultado operacional (RO)				54.969		110.960
Folha de pagamento bruta (FPB)				84.837		74.385
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.409	1,66%	0,16%	1.116	1,50%	0,13%
Encargos sociais compulsórios	18.661	22,00%	2,06%	15.310	20,58%	1,77%
Saúde	75	0,09%	0,01%	75	0,10%	0,01%
Segurança e saúde no trabalho	1.296	1,53%	0,14%	993	1,33%	0,11%
Educação	45	0,05%	0,00%	53	0,07%	0,01%
Cultura	129	0,15%	0,01%	101	0,14%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	103	0,12%	0,01%	104	0,14%	0,01%
Creches ou auxílio-creche	267	0,31%	0,03%	103	0,14%	0,01%
Auxílio Transporte	1.000	1,18%	0,11%	812	1,09%	0,09%
Auxílio Funeral	8	0,01%	0,00%	3	0,00%	0,00%
Seguro de Vida do Empregado	112	0,13%	0,01%	75	0,10%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	2.560	3,02%	0,28%	2.941	3,95%	0,34%
Outros	6	0,01%	0,00%	14	0,02%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	25.671	30,26%	2,82%	21.700	29,16%	2,50%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	32	0,06%	0,00%	25	0,02%	0,00%
Saúde e saneamento	7	0,01%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	39	0,07%	0,00%	25	0,02%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	83.402	151,73%	9,19%	93.475	84,24%	10,80%
Total - Indicadores sociais externos	83.441	151,80%	9,19%	93.500	84,26%	10,80%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.775	3,23%	0,20%	1.257	1,13%	0,15%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.775	3,23%	0,20%	1.257	1,13%	0,15%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:						
	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas
	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	2.240			1.898		
Nº de admissões durante o período	1.102			1.105		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	114			89		
Nº de estagiários(as)	19			9		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	343			314		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	794			722		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21%			21%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	441			411		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	22			21		
6 - Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2015			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	32			28		
Número total de acidentes de trabalho	85			47		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (Em milhares de reais):	Em 2015: 244.152			Em 2014: 272.355		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	38,79% governo	30,84% colaboradores(as)	39,17% governo	24,48% colaboradores(as)	3,65% acionistas	15,03% terceiros
		11,70% retido	1,54% acionistas	12,27% terceiros		22,53% retido



PAMPLONA ALIMENTOS S.A.
CNPJ: 85.782.878/0001-89

Unidades

Unidades Industriais

Matriz

Rod. BR-470, KM 150, nº 13.891 - Bairro Pamplona - CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115
CNPJ Nº 85.782.878/0001-89 - CCICMS-SC. Nº 250.274.590
www.pamplona.com.br

Filiais

Presidente Getúlio - SC

Rua Curt Hering, nº 1796 - Bairro Centro
CEP 89150-000 - Presidente Getúlio - SC
Telefone: (47) 3352-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0024-75 - CCICMS-SC. Nº 251.794.350

Estação - RS

Rua Josino Monteiro, nº 2 - Sala 3, Bairro Centro
CEP 99930-000 - Estação - RS
Telefone: (54) 3337-3300
CNPJ Nº 85.782.878/0003-40 - CCICMS-RS. Nº 272/0008707

Laurentino - SC

Rod. SC-350, nº 4.370 - Prédio 02 - Bairro Rodovia das Primaveras
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3198
CNPJ Nº 85.782.878/0021-22 - CCICMS-SC. Nº 251.144.119

Filiais de Distribuição

Rio do Sul - SC

Rod. BR-470, KM 150, nº 13.891 - Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0013-12 - CCICMS-SC. Nº 250.810.760

Lages - SC

Rua Humberto de Campos, nº 449 - Bairro Sagrado Coração de Jesus
CEP 88508-190 - Lages - SC
Telefone: (49) 3223-3599
CNPJ Nº 85.782.878/0015-84 - CCICMS-SC. Nº 250.902.028

Itajaí - SC

Rod. Antônio Heil, nº 2205 - Bairro Itaipava
CEP 88316-001 - Itajaí - SC
Telefone: (47) 3346-9200
CNPJ Nº 85.782.878/0029-80 - CCICMS-SC. Nº 251.629.678

Porto Alegre - RS

Av. Assis Brasil, nº 5156 - Sala 01 - Bairro Sarandi
CEP 91110-000 - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3344-0112
CNPJ Nº 85.782.878/0004-21 - CCICMS-RS. Nº 096/3347470

Tupanciretã - RS

Av. Padre Roque Gonzales, s/nº - Sala 17,
Bairro Quadro do Frigorífico
CEP 98170-000 - Tupanciretã - RS
CNPJ Nº 85.782.878/0007-74 - CCICMS-RS. Nº 151/0043796

Colombo - PR

Estrada da Graciosa, nº 503 - Sala 5B - Bairro Atuba
CEP 83413-200 - Colombo - PR
Telefone: (41) 3351-4258
CNPJ Nº 85.782.878/0005-02 - CCICMS-PR. Nº 90515319-62

Ribeirão Preto - SP

Rua Benedicta Rodrigues Domingos, nº 130 - Sala 08 - Bairro Jardim Lacerda
CEP 14095-050 - Ribeirão Preto - SP
Telefone: (16) 3434-1559
CNPJ Nº 85.782.878/0006-93 - CCICMS-SP. Nº 582.019.406.110

Araras - SP

Av. Guerino Turatti, nº 800 - Sala 07 - Bairro Distrito Industrial III
CEP 13.602-101 - Araras - SP
Telefone: (19) 3321-2111
CNPJ Nº 85.782.878/0008-55 - CCICMS-SP. Nº 182.119.912.114

São José dos Campos - SP

Rua Pedro Luiz de Oliveira Costa, nº 1152 - Sala 02 - Bairro Jardim Limoeiro
CEP 12241-420 - São José dos Campos - SP
Telefone: (12) 3934-4277
CNPJ Nº 85.782.878/0014-01 - CCICMS-SP. Nº 645.656.053.111

Barueri - SP

Av. Grimaldo Tolaini, nº 1084 - Galpão B - Sala 01 - Bairro Votupoca
CEP 06443-009 - Barueri - SP
Telefone: (11) 4162-3605
CNPJ Nº 85.782.878/0016-65 - CCICMS-SP. Nº 206.351.066.111

Rio Bonito - RJ

Rua Arthur Antunes Quintanilha, nº 99 - Bloco 02 - Bairro Rio do Ouro
CEP 28800-000 - Rio Bonito - RJ
Telefone: (21) 2734-1133
CNPJ Nº 85.782.878/0010-70 - CCICMS-RJ. Nº 86.629.488

Irajá - RJ

Rua José Borges, nº 27 - Sala 202 - Bairro Irajá
CEP 21235-370 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 3352-6147
CNPJ Nº 85.782.878/0022-03 - CCICMS-RJ. Nº 86.787.750

Pouso Alegre - MG

Rua Nova Lima, nº 80 - Bairro Aeroporto
CEP 37550-000 - Pouso Alegre - MG
Telefone: (35) 3423-9969
CNPJ Nº 85.782.878/0009-36 - CCICMS-MG. Nº 002160504.00-53

Ribeirão das Neves - MG

Rod. BR 040, s/nº - KM 516 + 600m - Sala 206 - Bairro Vereda
CEP 33822-502 - Ribeirão das Neves - MG
Telefone: (31) 3048-3020
CNPJ Nº 85.782.878/0017-46 - CCICMS-MG. Nº 002160504.01-34

Salvador - BA

Rod. BA 528 - KM 02, nº 77 - Sala 04 - Bairro Pirajá
CEP 41297-357 - Salvador - BA
Telefone: (71) 3617-8900
CNPJ Nº 85.782.878/0023-94 - CCICMS-BA. Nº 127.620.480

Filiais de Agropecuária

Rio do Sul - SC

Granja Santana

Estrada Cab. Rib. Itoupava, s/nº - Bairro Itoupava
CEP 89162-780 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 9144-3623
CNPJ Nº 85.782.878/0025-56 - CCICMS-SC. Nº 251.280.799

Laurentino - SC

Granja Amoadado

Estrada Geral, s/nº - Baixo Amoadado
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3546-1033
CNPJ Nº 85.782.878/0034-47 - CCICMS-SC. Nº 253.027.675

Laurentino - SC

Fomento

Rod. SC 350, nº 4.370 - Prédio 01 - Bairro Rodovia das Primaveras
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
Telefone: (47) 3531-3182
CNPJ Nº 85.782.878/0002-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa

Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 8816-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0026-37 - CCICMS-SC. Nº 251.280.780

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa Creche

Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
Telefone: (47) 8816-1311
CNPJ Nº 85.782.878/0032-85 - CCICMS-SC. Nº 252.003.691

Rio do Oeste - SC

Granja Bonatti

Estrada Geral, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 9173-6492
CNPJ Nº 85.782.878/0033-66 - CCICMS-SC. Nº 252.454.693

Rio do Oeste - SC

Granja Dois Irmãos

Estrada Toca Grande, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 9189-2416
CNPJ Nº 85.782.878/0027-18 - CCICMS-SC. Nº 251.280.772

Rio do Oeste - SC

Granja Águas Verdes

Estrada Geral, s/nº - Bairro Águas Verdes
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
Telefone: (47) 8823-8645
CNPJ Nº 85.782.878/0028-07 - CCICMS-SC. Nº 251.321.614

Ituporanga - SC

Granja Rio Novo

Estrada Alto Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo
CEP 88400-000 - Ituporanga - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0030-13 - CCICMS-SC. Nº 252.003.870

PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

Rod. BR 470, Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - Santa Catarina
Telefone: (47) 3531-3131 - Fax: (47) 3531-3115